

DE ESCOLA NORMAL A ESCOLA MISTA: a evolução de uma instituição tradicionalmente feminina do início do século XX para uma escola mista

Patrícia Peluso Condé¹

RESUMO

O presente estudo objetiva explorar os aspectos históricos e sociais que levaram à criação do Curso Magistério no Brasil e as mudanças ocorridas na estruturação do ensino brasileiro, com ênfase no tradicional Colégio Sacré-Coeur de Marie, que passou de uma instituição de formação de normalistas, com o corpo docente composto por Religiosas, a um colégio misto, com docentes laicos. As alterações no perfil do colégio são analisadas sob a ótica das mudanças sociais, econômicas e Religiosas ocorridas nos anos 1970, principalmente após o Concílio Vaticano II, que gerou profundas transformações na educação, formação de jovens, internatos e, consequentemente, na tradicional educação religiosa conferida às moças oriundas de famílias católicas de elite.

Palavras-chave: Educação. Educação feminina. Educação mista.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de melhor embasar a presente pesquisa, utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa, tendo como parâmetro a pesquisa bibliográfica.

1 Mestranda em Educação pela Universidade Nacional de La Plata. Pós-graduada em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Gama Filho. Graduada em Letras pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC).



Na busca por um referencial teórico que pudesse subsidiar este estudo, fez-se um levantamento bibliográfico de alguns teóricos, tais como: Almeida (1998), Bourdieu (2007, 2010), Bruschini e Amado (1988), Costa (1991), Demartini (1991), Foucault (2002, 2009), Rosemberg e Montenegro (1990), Louro (1989, 1992), entre outros. Foram também utilizados dois livros escritos por autores ubaenses² na ocasião das comemorações dos 80 e dos 100 anos da fundação do Colégio Sagrado Coração de Maria³

Através desta pesquisa, contatou-se que as relações de gênero e docência influenciaram e ainda influenciam na organização das relações sociais e educacionais, na medida em que determinam os papéis a serem ocupados socialmente. Paralelamente, tais relações sofreram influências religiosas, sociais e econômicas, fundamentais na geração de mudanças no panorama educacional brasileiro vigente até meados dos anos 1970.

2 Na comemoração dos 80 anos de fundação do Colégio Sagrado Coração de Maria, a ubaense Maria Clotilde Batista Vieira – então presidente da Academia Ubaense de Letras – escreveu o livro “80 anos SCM – Sacré-Coeur de Marie Ubá – 1911 – 1991”. No centenário do Colégio, em 2011, o professor Evandro Albuquerque de Andrade escreveu o livro “Cem anos sem solidão”, impresso pela Seculus Gráfica Ltda. e distribuído pela instituição aos convidados que participaram das celebrações do centenário.

3 O Colégio Sagrado Coração de Maria faz parte de uma rede de escolas que possui unidades na França, Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Portugal, além do Brasil. A escola de Ubá foi a primeira a ser fundada em solo brasileiro.

AS PRIMEIRAS ESCOLAS BRASILEIRAS: exclusividade masculina

A história relata que, com os colonizadores portugueses, vieram ordens religiosas – entre elas jesuítas e franciscanos – que se encarregaram de ministrar o ensino nas missões e colégios fundados pela Igreja em terras brasileiras. Esse ensino destinava-se, principalmente, à catequese e formação das elites no Brasil, uma elite branca e masculina. As mulheres foram sumariamente excluídas do sistema escolar e àquelas que queriam instrução, restava apenas a educação na catequese. Estavam destinadas ao casamento, trabalhos domésticos, maternidade, cantos, orações e eram criadas sob o jugo do pai e, posteriormente, do marido.

Essa discriminação foi primeiramente percebida pelos índios brasileiros, que solicitaram ao Padre Manoel da Nóbrega permissão para que suas filhas frequentassem a escola regular. Segundo eles, a presença feminina era maior no curso de catecismo; não havia, portanto, razão para que fossem impedidas de aprender a ler e escrever (RIBEIRO, 2000). O jesuíta encaminhou, por escrito, à Dona Catarina – Rainha de Portugal – o pedido inusitado. Ela, porém, recusou a permissão solicitada, alegando que o acesso de mulheres indígenas à cultura da época geraria “consequências nefastas”.

No século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram, na sua maioria, analfabetas. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas ao livro de rezas. Por que então oferecer educação para mulheres “selvagens”, em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português? (RIBEIRO, 2000).

Até o início do século XIX, a educação fora de casa era restrita a meninos não somente no Brasil, mas também em muitos países do ocidente. Foi apenas em 1827 que surgiu a primeira lei que determinou a abertura de escolas – para meninos e meninas – em todas as cidades e vilas do Brasil. Essa determinação, porém, não encontrou respaldo na sociedade da época, já que houve a criação de uma quantidade inexpressiva de escolas.

Embora essa situação fosse gradativamente se modificando, a inclusão de mulheres nas escolas ainda era extremamente restrita.

Em 1755, com as reformas propostas pelo Marquês de Pombal, foram criadas escolas exclusivas para o público feminino, onde somente professoras (mulheres) podiam lecionar para as meninas; paralelamente, professores (homens) eram encarregados da educação de meninos, e nunca meninas e meninos teriam permissão para frequentarem a mesma sala de aula.

Em 1808, com a chegada de D. João VI e da corte portuguesa ao Brasil, houve um interesse maior em relação ao ensino, pois seria preciso organizar a administração e o exército no Brasil.

Foram, então, abertos inúmeros cursos de educação superior – para homens – e várias escolas de alfabetização destinadas a meninos (em sua grande maioria) e meninas. A preocupação com a formação de docentes acentuou-se e, em 1823, foi aberta o que poderia ser a primeira Escola Normal do País, exclusivamente voltada para a formação de professores do sexo masculino.

Em 15 de outubro de 1827, foi promulgada a Lei Geral, que padronizou as escolas de ensino primário no país. O ensino, porém, era ministrado de acordo com o sexo do estudante: as meninas não aprendiam todas as matérias ensinadas aos meninos. A elas eram direcionados conhecimentos relacionados às artes do lar e prendas domésticas, enquanto os meninos receberiam ensinamentos considerados mais racionais, como geometria.

Contudo, em torno de 1870, mudanças começaram a se delinear no cenário sócio-político brasileiro, diante da necessidade de reorganização do sistema econômico e político do País.

A educação, até então vista como “território masculino”, passou a ser considerada sob uma nova perspectiva: elemento essencial para o desenvolvimento do País teria na figura feminina a peça chave para o progresso almejado. Porém, apesar de haver apoio para a melhoria da educação feminina, a ênfase era na maternidade, vista como o alicerce do patriotismo: a mulher passou a ser considerada como detentora do poder de orientar o desenvolvimento moral

de seus filhos, futuros cidadãos dedicados ao progresso do Brasil.

Para que o Brasil conquiste sua grandeza e “cumpram-se os seus altos destinos, é necessário educar a infância, e para educar a infância, é preciso educar a mulher, formar a mãe da família”, tanto intelectual quanto moralmente. O pensamento de José Liberato Barroso⁴ deu origem a uma nova realidade no campo educacional brasileiro. Assim, ligaram a educação da mulher à ideia do destino nacional.

ESCOLAS DE NORMALISTAS: destino das moças de boas famílias

A condição da mulher na sociedade brasileira que se iniciava possuía resquícios da tradição portuguesa que via o sexo feminino como inferior ao masculino. Estudos e conhecimentos, portanto, eram condições desnecessárias para alguém que teria como única missão ser dona de casa e mãe.

Porém, com a Independência, a nova legislação tornou o ensino gratuito e extensivo às mulheres em todo o território nacional. Apesar disso, o acesso a ele era muito limitado. Moças de famílias mais abastadas eram educadas em suas próprias casas por professoras (sempre do sexo feminino) descritas como “mestras para as meninas, que seriam senhoras admitidas pela sua honestidade, prudência, conhecimento e que se mostrassem dignas de tal ensino, além de compreender também o ofício de coser e bordar” (SILVA, 1997, p. 13). Percebe-se, dessa forma, que o ensino ministrado não tinha outro objetivo além de preparar essas “alunas” para se tornarem esposas e mães.

Em meados do século XIX, surgiram os primeiros cursos de Magistério, denominados Escolas Normais, que embora fossem voltadas para ambos os sexos, passaram a ser procuradas, com frequência cada vez maior, por mulheres.

O magistério, entendido como um pro-

longamento das atividades maternas, passa a ser visto como ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão plenamente aceita pela sociedade, para a mulher (COSTA, 1991).

A opção das “moças de boa família” por uma carreira no Magistério é vista, no início do século XX, como uma vocação indiscutível, quase um apostolado. Segundo afirma Demartini (1991), “a Escola Normal, então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, das mulheres prosseguirem seus estudos além do primário”.

Para Buschini e Amado (1988),

[...] historicamente o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas.

Fica claro, também, que o magistério não é analisado sob uma ótica profissional, pois é comumente associado a quase um sacerdócio, por exigir do/a professor/a vocação, dedicação e abnegação. Essa visão do profissional da educação é embasada pela ideia de que a educação adquirida nas escolas seria um prolongamento da educação recebida em casa.

As mulheres, cada vez mais, se ajustavam ao perfil necessário para um educador: dedicadas, possuidoras de instinto materno e vocação para educar, além de não serem as responsáveis pelo sustento do lar – o que justificaria o baixo salário destinado às profissionais da educação. Estabelece-se, dessa forma, a profissão perfeita para o sexo feminino: o magistério, exercido em horários que não prejudicassem os afazeres domésticos, era a solução ideal que permitiria a conciliação entre as tarefas do lar e a atividade intelectual.

Se nas grandes metrópoles brasileiras era esse o papel social delegado às mulheres – professoras e donas de casa – em pequenas cidades do interior do País não poderia ser diferente. Destaca-se, entre essas cidades do interior, no estado de Minas Gerais, o município de Ubá, cognominada Atenas de Minas, pelo elevado número de escolas particulares, o que trouxe

4 Jurista, conselheiro, deputado provincial e geral, ministro do estado de Pernambuco, lente da Faculdade de Direito, autor de “A instrução pública no Brasil” (1867). Nasceu no estado do Ceará em 1830 e faleceu no Rio de Janeiro em 1885.

para a cidade a fama de lugar onde o intelecto era cultivado.

Entretanto, desde o Padre Felício de Abreu e Silva, que fundou o Colégio Ubaense em 1856, até Dr. Cândido Malaquias Bolívar, fundador do Colégio Vidal, em 1860, o ensino era mais voltado para o sexo masculino.

Em 1903, o panorama educacional da pequena cidade de Ubá começou a se modificar sob a influência de um educador que chegou à cidade como sacerdote – Monsenhor Paiva Campos. Apoiado por políticos locais – Levindo Coelho, Cel. Carlos Brandão e Dr. Arduíno Costa Bolívar entre outros –, várias tentativas começam a ser realizadas no intuito de trazer para o município uma escola de segundo grau, destinada a formar normalistas.

Duas tentativas resultaram em fracasso – a primeira em 1904 e a segunda em 1906⁵ – quando o governo, sob a alegação de falta de verba, recusou a abertura de um colégio para moças. Em uma cidade que respirava cultura e sólida formação intelectual, as moças eram forçadas a estudar fora.

Em 12 de abril de 1911, um telegrama do bispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, mudou o destino das famílias ubaenses.

INTERNATO SACRÉ-COEUR DE MARIE DE UBÁ

1910 – Portugal passa por uma reviravolta política. Rebeldes derrubam a monarquia e proclamam a República. Segue-se à revolução, uma onda de violência, perseguições políticas, ódio à religião. Nesse ambiente hostil, um grupo de Religiosas educadoras da Congregação do Sagrado Coração de Maria – congregação fundada por Padre Gailhac⁶ – deixa o convento e parte para o Brasil no dia 21 de fevereiro de 1911.

Em 10 de março de 1911, as freiras chegam ao País e vão ao encontro do Bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, que havia se comprometido a ajudá-las. A ajuda, porém, é negada, sob a alegação de que ele havia se en-

ganado: pensou tratar-se de irmãs hospitalares, não educadoras. As Religiosas são, então, encaminhadas a Sete Lagoas, onde ficam alojadas na casa do padre local. Não são bem-vindas. Na casa do pároco não há comida suficiente; elas não possuem dinheiro; a bagagem havia ficado para trás; e, à medida que mais Religiosas chegam, a situação torna-se insustentável.

Algumas freiras adoecem; na casa paroquial, reina o caos. O Bispo envia um telegrama ao vigário de Ubá em 12 de abril de 1911, nos seguintes termos:

Chegaram da Europa algumas religiosas, vítimas da fúria do governo português. Não tenho onde colocá-las e sabendo do seu empenho por um colégio de meninas nesta cidade católica, pergunto se as quer aí. Consulte os homens de valor, e em caso afirmativo, mande dinheiro para a viagem delas, porque em Sete Lagoas estão à míngua do necessário.

A resposta de Monsenhor Paiva Campos não tarda a chegar: “Aceito Religiosas, presente do Céu. Remeti necessário Sete Lagoas. Segue carta”.

Em 22 de junho de 1911, chegam à cidade de Ubá 5 Religiosas portuguesas: Ir. Maria de Aquino Vieira Ribeiro, Ir. Maria de Assis Gomes da Fonseca, Ir. Santa Fé Gomes Conde, Ir. São Leão Moura e Ir. Elisa Saraiva, responsáveis pela instalação do primeiro Colégio Sagrado Coração de Maria no Brasil (há hoje Colégio Sagrado Coração de Maria em Vitória, Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além da unidade de Ubá).

A pequena cidade de Ubá finalmente tinha a sua Escola Normal para as moças da sociedade. Inicialmente instalado no velho solar do Cel. Francisco Theodoro Gonçalves (que se mudou com a esposa para sua fazenda e cedeu a casa para que se tornasse a primeira sede do Internato Sacré-Coeur de Marie), o colégio já possuía carteiras, mapas, quadros e alunas – contribuição do “Aula Regina Godinho”, ⁷que a partir dessa

5 Em 1904, houve a tentativa de implantação do Colégio Santa Rosário e, em 1906, da Escola Normal.

6 Nascido em Béziers, França, em 1802, fundador do Internato Sagrado Coração de Maria, em 1850. Essa escola francesa foi a precursora de uma rede que ainda hoje se encontra em funcionamento.

7 Regina Godinho, educadora na cidade de Ubá, era também proprietária de uma escola “Aula Regina Godinho”. Com a chegada das Religiosas à cidade, D. Regina, além de doar todo o material necessário para que as primeiras salas de aula comesçassem a funcionar, também cedeu suas alunas para o recém-criado Colégio, permanecendo apenas com os meninos.

época seguiu educando apenas meninos.

A administração do colégio foi confiada a uma religiosa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, uma assistente e uma secretária da mesma Congregação. Outras, em duplas, cuidavam da enfermagem, da portaria e da rouparia. Na prática, eram divididas em dois grupos, as *mères* (mestras, diplomadas) e as *soeurs* (não possuíam formação acadêmica e eram encarregadas dos serviços gerais).

O Colégio, chamado Escola Normal Sacré-Couer de Marie até 1939, oferecia três cursos: “primário”, “normal” e “admissão”. A partir de 1940, passou a oferecer o “secundário” e teve seu nome alterado para Ginásio Sacré-Coeur de Marie. Desde a sua fundação, caracterizava-se como Internato e Externato. As religiosas eram as professoras, e o francês, idioma de Padre Gailhac, era a língua oficial para os cumprimentos, as orações e os agradecimentos.

Em 1913, o corpo docente era composto da seguinte maneira:

Quadro 1 – Corpo Docente em 1913

Matéria lecionada	Corpo Docente
Francês e Desenho	Irmã Maria do Calvário
Arithmetica e Geometria	Irmã Maria do Presépio
Geografia Geral, do Brasil e Noções de Cosmographia	Irmã Santa Fé
História Geral, do Brasil e Instrução Moral Cívica	Irmã Maria dos Anjos
Caligraphia	Sra. Zita Godinho
Pedagogia	Irmã Maria do Espírito Santo
Gymnastica e Economia Doméstica	Irmã Santa Fé
Trabalhos Manuaes e Etiqueta	Irmã Amália
Costura	Irmã Maria Evangelista
Portuguez	Irmã Maria Cecília

Fonte: elaborado pela autora.

O único professor da instituição foi substituído por Irmã Santa Fé em 1918 e, a partir de então, tornou-se rara a presença de homens dentro dos muros do Sacré-Coeur. Apenas em 1966, houve outro representante do sexo masculino no corpo docente, quando Monsenhor Lincoln Ramos assumiu as aulas de filosofia.

A preocupação com os bons modos que se esperava de uma normalista do Sacré-Couer era uma constante e a etiqueta era, além de disciplina escolar, questão prática para o dia a dia. Do tom de voz ao capricho nos cadernos, da roupa passada à arrumação da própria cama, cada detalhe era minuciosamente inspecionado pelas Religiosas e suas monitoras. Para a sociedade da época, o protocolo e a formalidade eram primordiais na formação de moças de boas famílias e o colégio era o reflexo das normas sociais.

No refeitório, as refeições eram precedidas por uma oração, geralmente em latim, e, somente após a prece, as conversas entre as alunas eram permitidas. As regras de etiqueta eram rigorosamente observadas, como jamais colocar os cotovelos sobre a mesa ou deixar comida no prato. Em caso de bagunça no dormitório, a punição era imediata, já que atrás de um biombo dormia sempre uma mestra de disciplina.

Pierre Bourdieu (2007), em seu estudo sobre os “sistemas de ensino e sistema de pensamento”, afirma que a escola, em diversos momentos históricos, é a instituição responsável por transmitir, através da comunicação, um conjunto de esquemas fundamentais e automatismos interiorizados, que teria como papel a transmissão da “força formadora do habitus”, isto é, um conjunto de pensamento e ações comum a um dado período histórico, através dos quais diferentes atos e práticas seriam reguladas. Sendo assim, a escola é um dos lócus onde ocorre o processo de socialização em que são engendradas as disposições dos habitus, ou seja, as ações, pensamentos e percepções dos indivíduos (BOURDIEU, 2010).

Nessa mesma direção, Foucault (2002) aponta para a moralização das condutas, para o estabelecimento dos valores, costumes e regras de ação obrigatórias que definem o que cada um é ou deve ser, a partir da proliferação dos procedimentos de vigilância, normalização e exame, que acionam as relações de poder do tipo disciplinar ao longo da Modernidade.

Analisado sob essa perspectiva, o Sacré-Coeur não apenas preparava futuras normalistas para ingressarem no mercado de trabalho, como também esposas e mães perfeitas,

intelectualizadas, prendadas, devido ao conteúdo curricular e, acima de tudo, conhecedoras de normas de conduta, fator de extrema importância para a sociedade da época. Ser normalista do Sacré-Coeur conferia status e várias famílias se dispuseram a arcar com as despesas para manter suas filhas no educandário. As formas de ser impostas às alunas normalistas do Colégio Sacré-Coeur eram, por conseguinte, reflexos da sociedade ubaense. O colégio, até o final da década de 1920, era a única escola para moças da região e contava com cerca de 250 alunas.

UM OLHAR SOBRE OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS GERADORES DE MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

Em 1928, o prédio que abrigava o colégio apresentava-se em más condições. Corroído por cupins e com o telhado coberto por lonas, o péssimo estado da construção afastou as alunas. O contexto era novo, pois a instituição já não era a única escola de meninas da região. De 250, passou a 60 alunas rapidamente. Apesar do apoio da comunidade na restauração do edifício, a má fase perdurou por um longo tempo.

A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, desencadeou uma crise financeira que atingiu duramente a cidade de Ubá, que à época tinha sua economia alicerçada no fumo e no café, este último um dos setores mais afetados na economia nacional. A queda do número de matrículas e consequente diminuição da receita, verificadas em 1928, aprofundaram-se, e o colégio entrou em declínio.

Entretanto, o prédio em ruínas e as sérias dificuldades financeiras não desanimaram a nova diretora da instituição – Mère Maria das Dores⁸.

Diante da impossibilidade de realizar todas as reformas necessárias, remodelou a fa-

chada do colégio e revitalizou o sistema de educação, dando ênfase a práticas esportivas, com a introdução do tênis, basquete, vôlei e cricket, além de fundar um Grêmio Literário. O Colégio se renovou, as matrículas começaram a aumentar e a receita, em consequência, melhorou.

A instabilidade política, porém, fez com que em pouco tempo o número de alunas voltasse a decrescer; cogitou-se até mesmo no fechamento da instituição. No intuito de reverter esse quadro, a Província decidiu intervir. Mesmo sem verbas, a escola passou por uma grande reforma e, em 27 de setembro de 1941, o colégio foi reinaugurado. O resultado do investimento logo se fez sentir: as matrículas se multiplicaram e o educandário passou a contar com 500 alunas e 270 internas.

Recitais, saraus, peças de teatro, grêmios literários... O Sacré-Coeur respirava e transpirava cultura. A comunidade não esperava outro resultado do Colégio que ajudou a fundar e a manter em funcionamento.

Paralelamente às manifestações culturais e esportivas e à modernização da grade curricular, houve uma sensível alteração no perfil das alunas da tradicional escola religiosa. As outrora recatadas e submissas normalistas cederam lugar a jovens politicamente atuantes, que organizaram uma semana de estudos para debater, junto a professores e sacerdotes, os problemas de um País que acabara de sofrer um Golpe Militar.

Era o ano de 1964 e os sinais de mudança já haviam sido sentidos no ano anterior, com a inauguração da piscina do Colégio, um grande avanço para uma cidade em que a única piscina existente era a do Clube Praça de Esportes. As internas, agora, dispunham de aulas de natação, além de jogarem cricket, vôlei, queimada, basquete e tênis. Os esportes crescentemente foram ganhando uma maior importância dentro dos muros da instituição.

As mudanças chegavam aos poucos ao Sacré-Coeur. Enquanto hábitos antigos eram mantidos na rotina das alunas (todos os dias eram levadas à capela para rezarem o terço), aos poucos o Colégio passou a permitir o acesso de alguns rapazes a suas dependências, através da LEU

⁸ Mère Maria das Dores foi a 5ª diretora do Colégio e a primeira freira brasileira a assumir a direção do educandário. Nascida em Rio Casca, Minas Gerais, Ana Adelaide Vieira Rabelo fez o Noviciado em Béziers, França, e retornou ao Brasil para dirigir o Sacré-Coeur entre os anos de 1929 e 1935.

(Liga Estudantil Ubaense), para se reunirem com as integrantes do Grêmio Estudantil em uma sala criada para esse fim.

Segundo Andrade (2011), ia ficando para trás o tempo de se manter o ruído dos parques de diversão distante dos ouvidos sensíveis das normalistas do Sacré-Coeur. Foi se distanciando cada vez mais o tempo em que uma *soeur* passava nas salas de estudos, por volta das 20h, para saber se alguma aluna iria querer um copo de leite. Foi-se o tempo em que o Colégio aceitava apenas alunas de famílias católicas. Havia-se tornado necessário aprender a conviver com a diversidade religiosa, pois era fundamental sobreviver em meio às mudanças.

UM FIM E UM RECOMEÇO

Ao completar 50 anos de existência, em 1961, o Sacré-Coeur chegava à maturidade. É nessa fase que os erros podem ser analisados e corrigidos. E não foram poucos os erros cometidos pelo Colégio da elite ubaense.

Uma escola religiosa que mantinha suas alunas distantes do contato com sociedade, especialmente com os pobres. Uma instituição de ensino – sonho das meninas da cidade – acessível apenas à elite. Um educandário que não apenas havia sido fundado, mas, diversas vezes, ajudado financeiramente pela população ubaense, primava pela educação integral, dentro dos padrões da época, mas em raras ocasiões convidava a comunidade a participar de seus eventos ou comemorações. O Sacré-Coeur, apesar das modernizações, ainda mantinha suas portas fechadas à cidade.

Em 11 de outubro de 1962, sob o papado de João XXIII, teve início o Concílio Vaticano II. Foram quatro sessões que terminaram em 8 de dezembro de 1965, já com o Papa Paulo VI⁹. Profundas transformações resultaram em decorrência do mesmo. A vida das Religiosas do

9 O Concílio Vaticano II representou, nas palavras do Papa João Paulo II, “um momento de reflexão global da Igreja sobre si mesma e sobre suas relações com o mundo”. Após ele, os sacerdotes e religiosos puderam optar por usar ou não a batina e o hábito, as missas deixaram de ser celebradas em latim, com o celebrante de costas para o povo, entre muitas outras mudanças.

Sagrado Coração de Maria e, consequentemente, a vida do Internato Sacré-Coeur de Marie foram muito afetadas.

As Religiosas passaram a usar roupas comuns e algumas deixaram o Colégio para formar uma pequena comunidade. Outra consequência do Concílio Vaticano II: uma vida mais simples e mais próxima do povo.

Nessa época, a instituição, novamente, passava por dificuldades financeiras. A necessidade de manter o padrão de um ótimo colégio foi se distanciando do poder aquisitivo das famílias ubaenses. Em 1968, houve uma redução drástica no número de alunas, e foi necessária a intervenção da comunidade e de políticos locais para evitar que o Sacré-Coeur fechasse em definitivo. Foi firmado um convênio entre o Colégio e o governo de Minas Gerais, transferindo o que seria hoje o Ensino Médio do Colégio Estadual para o Sagrado Coração de Maria. Várias irmãs fizeram concurso para trabalhar na nova escola que surgiu a partir desse convênio, denominada Escola Estadual Senador Levindo Coelho.

O fim do internato foi uma questão multifatorial. Houve, a partir do Concílio Vaticano II, uma ênfase para que escolas católicas fossem menos elitistas, menos “fechadas”, ou seja, exatamente o oposto à forma como o Internato Sacré-Coeur de Marie havia funcionado durante toda sua história. Concomitantemente, havia uma diferente demanda social, resultante do final dos chamados “anos rebeldes”, que ocasionaram uma revolução nos costumes, na moral sexual e nos parâmetros de certo e errado. Esses aspectos geraram a evasão de alunas e novamente surgiu a preocupação sobre um possível fechamento do Colégio.

O jornal Folha do Povo¹⁰ do dia 31 de agosto de 1968 (edição nº 29) publicou uma nota, procurando tranquilizar a comunidade acerca dos rumores sobre o fechamento do Sacré-Coeur:

Amplia-se o Sacré-Coeur. [...] os exames de admissão à 1ª série serão realizados nas

10 O jornal Folha do Povo começou a circular na cidade de Ubá no dia 25 de janeiro de 1900. De propriedade do Major Joaquim Siqueira & Irmão, em 1914 foi comprado pelo Dr. Levindo Coelho, para divulgação política. A partir do ano 2000, após, alguns anos desativado, voltou a circular na cidade e ainda hoje representa um importante veículo de comunicação no município de Ubá.

épocas previstas em lei pouco importando o número das candidatas, já que existem salas em grande número e não há dificuldade quanto ao professorado(...). Passar pelo Colégio Sacré-Coeur de Marie, estabelecimento de padrão admirável, de uma filosofia de trabalho que tanto nos honra, é orgulho de que se podem referir as jovens dessa região. E Ubá sabe muito bem do estabelecimento que possui, igual ou superior ao dos grandes centros.

Quinze dias após a publicação da nota, um editorial deixava claro para a população ubaense que novo convênio seria firmado pelo Colégio, dessa vez para o funcionamento de um Instituto Superior. A notícia falava sobre a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, primeira faculdade da cidade de Ubá. Sob a direção das Religiosas, o prédio do tradicional Sacré-Coeur de Marie passaria a abrigar algumas turmas do próprio Colégio, do Colégio Estadual e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

Convênios foram firmados entre o Colégio e o Estado de Minas Gerais, para o funcionamento da Escola Normal Senador Levindo Coelho e da faculdade de Filosofia. Se, por um lado, os convênios representavam a salvação do Colégio, por outro, representavam o seu fim. Era o fim de um modelo de ensino. Em registros discretos e burocráticos, nos livros do Arquivo Morto da Secretaria, percebem-se com clareza as novas diretrizes da instituição. Reuniões mensais da Diretoria de Pais e Mestres, 32 transferências de normalistas para a recém-fundada Escola Estadual Levindo Coelho, fechamento da Escola Normal Sagrado Coração de Maria, devido ao convênio feito com o Estado. Em 8 de setembro de 1970, foi instalada oficialmente a Faculdade de Filosofia e Letras na cidade de Ubá.

Não havia, no novo cenário da educação, espaço para o internato continuar funcionando. Em 1969, ele se extinguiu naturalmente para dar início a uma nova fase.

A NOVA FASE ATENDE PELO NOME DE COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

O Colégio Sagrado Coração de Maria (ex-Internato Sacré-Coeur de Marie) passa a di-

vidir espaço com a Escola Estadual Senador Levindo Coelho (funcionamento no térreo) e com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (funcionamento no período noturno). Era uma realidade nunca antes vivida pela tradicional escola religiosa. As mudanças, porém, ainda não haviam terminado. Em 1970, o Colégio passou a aceitar, oficialmente, meninos, em salas mistas, no curso ginasial: 5ª a 8ª séries.

Durante toda a década de 1960, os livros de registro de matrículas confirmam a inexistência de meninos regularmente matriculados nesse período. Alunos aparecem, pela primeira vez, realizando exames de admissão, em novembro de 1970. Porém, há uma exceção na história da Escola de Normalistas da cidade de Ubá. Em 1964, estudavam apenas meninas no Sacré-Coeur de Marie, e Eudes Campomizzi Filho era o único homem no educandário. Contava, na época, cinco anos de idade, e foi aceito como aluno em consideração a seu pai, professor, que na época estava em Rondônia como Secretário do território e, posteriormente, Governador interino, em função da Revolução de 1964.

O fato é que os meninos chegaram ao Sacré-Coeur em 1970, no esteio de todas as outras mudanças. Com a Escola Estadual Senador Levindo Coelho, veio uma “Escola Anexa”, que começou a funcionar em duas salas do primeiro andar do Colégio, com apenas duas séries primárias (na época denominadas 3ª e 4ª séries).¹¹Com o passar do tempo, através de um novo contrato com o Governo de Minas Gerais, a escola migrou para uma parte do prédio, até então ociosa.

Com o fechamento do curso de magistério e a transferência das alunas para a Escola Estadual Senador Levindo Coelho, passou a haver necessidade de “salas de demonstração”, onde as estudantes que se preparavam para lecionar pudessem praticar as teorias aprendidas. Era o ano de 1969 e, pelo mesmo portão, entravam alunos da Escola Estadual Senador Levindo Coelho, do Colégio Sagrado Coração de Maria e da Escola Anexa. À noite, o prédio ainda recebia jovens alunos da primeira Faculdade de Ubá. Durante

11 As séries primárias correspondem ao primeiro estágio da educação básica, o qual corresponde ao nível 1 da Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED)

duas décadas, em perfeita harmonia, quatro instituições conviveram no mesmo espaço.

Em 27 de outubro de 1989, um ofício contendo cinco assinaturas foi enviado a Belo Horizonte, mais precisamente à Direção Geral da Ordem das Religiosas do Colégio Sagrado Coração de Maria. As assinaturas eram de cinco professoras: Dunalva Bellini Leite, Maria José Machado de Souza, Sônia Marcello, Edith Antoniol Ferreira da Costa e Lúcia Eduardo Castanõn, que reivindicavam a reabertura do Ensino Secundário na instituição. A reivindicação foi aceita pelas Religiosas e o Colégio teve de volta seu Ensino Secundário (hoje chamado Ensino Médio).

O apoio da comunidade novamente mostrou-se fundamental e o Colégio voltou a crescer em ritmo acelerado. Esse crescimento fez com que se tornasse inevitável o desalojamento das escolas parceiras (Escola estadual Senador Levindo Coelho, Faculdade De Filosofia de Ubá e Escola Anexa). Em 1992, a FAFIU (Faculdade de Filosofia de Ubá) mudou-se para sede própria. Em 1996, foi a vez de a Escola Estadual Senador Levindo Coelho partir. A última a deixar o prédio do Colégio foi a Escola Anexa¹², o que ocorreu em 2006. Em seu lugar foi construído o novo espaço da Educação Infantil do Colégio Sagrado Coração de Maria, inaugurado em 12 de fevereiro de 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação no Brasil e, especificamente, da educação no Colégio Sagrado Coração de Maria é impregnada de mudanças. Mudanças que permitiram não apenas que a tradicional instituição religiosa mantivesse suas portas abertas na cidade de Ubá, como também fundasse mais quatro escolas em nosso País.

Na realização deste estudo, procurou-se destacar os aspectos social, econômico e educacional da época, fundamentais para a fundação e sucesso do Colégio na cidade de Ubá. Ao remontarmos à sociedade ubaense no início do século XX, fica clara a influência da Igreja católica nas famílias da cidade, e esse foi um fator de expressiva relevância para a abertura do

Colégio no município. As tradicionais famílias da região ansiavam por escolas que transmitissem os valores católicos, principalmente a suas filhas. Essas jovens mocinhas precisavam receber a educação “adequada” a moças de boa família para que pudessem, mais tarde, construir – elas próprias – lares católicos com seus maridos e, caso quisessem trabalhar, teriam recebido instrução suficiente que lhes permitiria conciliar as tarefas domésticas com a profissão de professora.

Durante muitas décadas, o Colégio Sacré Coeur de Marie cumpriu a missão que lhe havia sido confiada pela sociedade, formando jovens normalistas dentro de preceitos católicos e normas rigorosas de disciplina. Ser uma Normalista do Sacré-Couer era sinônimo de prestígio social. As alterações no perfil das escolas católicas definidas pelo Conselho Vaticano II e, posteriormente, a mudança no panorama político brasileiro, com o Golpe Militar de 1964, e no panorama social, com os chamados “anos rebeldes”, foram fatores primordiais para que um novo Colégio surgisse no cenário ubaense.

Algumas dessas alterações podem ser comprovadas através de documentação histórica. O uniforme das normalistas, composto por camisa azul marinho, com veste – blusa sem mangas e decote redondo – e blusa de fustão branco de mangas compridas, acompanhado de meias $\frac{3}{4}$ pretas (posteriormente passaram a ser brancas, devido ao calor da cidade), sapatos pretos, e arrematado por uma gravata azul marinho, foi substituído por camisa de malha de manga curta com a logomarca da escola, calça ou bermuda jeans, agasalho de moletom azul marinho e calçado da preferência do aluno.

O currículo escolar, antes elaborado para as alunas normalistas, apresentava conteúdos especificamente direcionados ao sexo feminino como Costura, Puericultura e Etiqueta. Com a admissão de meninos, em 1970, surgiu um currículo “neutro”, direcionado a alunos e alunas, sem distinção. As professoras, que eram prioritariamente Religiosas (como pode ser visto no Quadro 1), cederam lugar a docentes laicos, que, com o passar dos anos, tornaram-se, em sua maioria, do sexo masculino, situação que permanece até os dias de hoje. O quadro a seguir, disponível no site do Colégio Sagrado Coração

12 Municipalizada em janeiro de 1998, passou a chamar-se Escola Municipal Irmã Ana Maria

de Maria, retrata essa nova realidade:

Quadro 2 – Grade curricular e docentes do Ensino Médio em 2015

Matéria lecionada	Corpo Docente
1ª a 3ª séries – Português e Redação	Rosana Aparecida de Paula
1ª a 3ª séries – Oficina de linguagens	Williene Heleno Miranda
1ª a 3ª séries - Literatura	Carla Maria Fagundes Moreira
3ª série - Artes	Carla Maria Fagundes Moreira
1ª a 3ª séries - Inglês	Marcio C. Oliveira
1ª a 3ª séries - Espanhol	Adriana Cimbra
1ª a 3ª séries - Matemática	Dirceu Rocha de Almeida
1ª série - Geografia	Gustavo Rosendo Ibrahim Nassur
2ª e 3ª séries - Geografia	Salomão Júnior Curi
1ª a 3ª séries - História	Evandro A. de Andrade
1ª a 3ª séries – Sociologia	Carlos de Moraes Sarmento Neto
1ª a 3ª séries – Filosofia	Leonardo Augusto de Almeida
1ª a 3ª séries _ Ensino Religioso	Leonardo Augusto de Almeida
1ª a 3ª séries - Física	Evaldo de Campos
1ª e 2ª séries - Física	Túlio Martins Cordeiro
1ª a 3ª séries - Química	Sérgio Márcio Albino
1ª a 3ª séries - Química	Gabriel Henrique Sperandio
1ª a 3ª séries - Biologia	Evandro Marques de Oliveira
1ª a 3ª séries – Educação Física	Cátia Tomaz de Carvalho
1ª a 3ª séries – Educação Física	Ronan Bicalho Barbosa

Ao final deste estudo, percebe-se que as modificações realizadas tanto na estrutura física quanto no conceito educacional do Colégio Sagrado Coração de Maria são reflexos das mudanças ocorridas na sociedade brasileira. Atualmente, o Colégio desenvolve suas atividades com o Ensino Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, mantendo os princípios educacionais propostos pela congregação fundada por Padre Gailhac. Adaptações foram realizadas visando a uma adequação a uma nova realidade: a de que homens e mulheres podem ocupar uma mesma posição na sociedade e, portanto, devem receber a mesma instrução que lhes permita a inserção no mercado de trabalho.

As reflexões e apreciações contidas neste estudo podem contribuir para a compreensão do panorama educacional da cidade de Ubá, bem como das mudanças sócio-educativas que

vêm ocorrendo em nosso País. A investigação sobre esse assunto não cessa neste trabalho. Muitas outras adequações na área da educação ainda estão por vir. Porém, investigá-las é um outro caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Evandro Albuquerque de. **Cem anos sem solidão**. Ubá: Séculus Gráfica Ltda., 2011.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olímpio / Brasília: Edunb, 1993.

ALMEIDA, José R. P. de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Brasília: INEP, 1989.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARROSO, José Liberato. **A instrução pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1984.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 203-229. (Coleção Estudos)

_____. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: UFPI, 1996.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez / Brasília: INEP, 1989.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história**: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

VIEIRA, Maria Clotilde Batista. **80 anos SCM – Sacré-Coeur de Marie Ubá – 1911 – 1991**. Ubá, s/ed., 1991.